

MARIZA CORRÊA: ENTRE A MILITÂNCIA FEMINISTA E A PRODUÇÃO ACADÊMICA

ESTER MARCELINO BATISTA¹; FRANCIELY COSTA BRAGA DA SILVA²; JOANNA MUNHOZ SEVAIO³; FLÁVIA MARIA SILVA RIETH⁴

¹Universidade Federal de Pelotas – ester.mbatista@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – francielycostabraga2@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – jmsevaio@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – riethuf@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho traz algumas reflexões sobre a trajetória acadêmica da eminente antropóloga brasileira Mariza Corrêa, tendo por objetivo traçar aspectos de sua *teoria vivida*, tal como indica Peirano (2004). O desenvolvimento deste trabalho foi requisitado como critério de avaliação da disciplina de Antropologia V - ou brasileira - do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas. No âmbito da disciplina, as discussões foram travadas a partir da ideia de que é preciso pensar antropológicamente a antropologia e o desenvolvimento do campo antropológico. Este estudo é, portanto, um esforço neste sentido.

Considera-se válido ressaltar que a vasta obra de Mariza já expressa uma preocupação da antropologia em pensar sobre si e de questionar o que é feito/ o que fazemos, de modo a desenvolver um mapeamento do pensamento antropológico brasileiro e as conotações teóricas que ele abarca. A tese de doutoramento de Corrêa *As Ilusões da Liberdade — A Escola Nina Rodrigues & a Antropologia no Brasil* - defendida em 1982 sob orientação da professora Ruth Cardoso, na USP - juntamente com as posteriores pesquisas que foram desenvolvidas a partir de sua atuação como professora da Unicamp, contribuíram para a inauguração da linha de pesquisa *Itinerários Intelectuais e Etnografia do Saber* do doutorado em Ciências Sociais da referida Universidade. Contudo, o foco deste trabalho é outro.

Nosso objetivo é identificar como as nuances da ótica feminista estiveram presentes na produção acadêmica da autora, de forma a estabelecer uma ponte entre sua militância e sua formação enquanto intelectual. Nesse sentido, é fundamental citar a criação do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu da Unicamp, que posteriormente, em 1993, culminou na revista *Cadernos Pagu*, periódico interdisciplinar que tem desde então contribuído para a ampliação e o fortalecimento do campo de estudos de gênero no Brasil.

2. METODOLOGIA

A metodologia a partir da qual foi desenvolvido este trabalho parte das discussões da disciplina de Antropologia V, em que os discentes foram instigados a pensar sobre a produção antropológica brasileira, desde sua gênese até as linhagens teóricas e linhas de pesquisa que consolidam este campo de conhecimento. Conforme Peirano (1999) trata-se de um exercício de alteridade mínima. Assim, a proposta da disciplina consiste na escolha de um/uma autor ou autora para o desenvolvimento posterior de um estudo pormenorizado de sua trajetória acadêmica.

Diante disso, a escolha da autora, Mariza Corrêa, resulta do interesse das autoras pelo movimento feminista e por suas expressões acadêmicas, nesse

caso, também considerando uma abordagem que trata de aprofundar o conhecimento sobre a antropologia “at home”.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proeminente antropóloga Mariza Corrêa deu contribuições significativas à consolidação do pensamento antropológico no Brasil. No entanto, o início de sua trajetória deu-se em outra área: o jornalismo. Gaúcha, formou-se em jornalismo em 1969 pela UFRGS. Depois disso, foi morar em Michigan, nos Estados Unidos, onde teve contato com o movimento feminista da segunda onda. Já no Brasil, em Campinas, leu Evans-Pritchard e apaixonou-se pela antropologia.

Como jornalista, durante a década de 70 Corrêa atuou na imprensa alternativa em diversos jornais de cunho feminista, como o *Nós*, *mulheres*, por exemplo, e também o “homossexual” *Lampião de Esquina*, ambos fazendo parte dos movimentos de resistência à ditadura civil-militar.

Mariza foi aluna da primeira turma de mestrado em Ciências Sociais da Unicamp, tendo defendido a dissertação *Os atos e os autos: representações jurídicas de papéis sexuais* em 1975, sob a orientação da professora Verena Stolcke. Mais tarde, em 1983, a dissertação resultou no livro *Morte em Família*. Na supracitada tese, a autora analisa os aspectos institucionais da formação de diferentes disciplinas científicas, tais como a Antropologia e a Medicina Legal. Observa-se, a partir disso, que a formação da autora se deu em meio ao processo de consolidação e burocratização do campo antropológico no Brasil, através dos Programas de Pós-Graduação de renomadas Universidades, como a Unicamp e Unb.

Corrêa debruçou-se principalmente em duas temáticas ao longo de sua larga trajetória como pesquisadora: na primeira, explora o surgimento da área através de uma reconstrução histórica dos primeiros antropólogos brasileiros que desenvolveram estudos etnológicos sobre a questão indígena, bem como da sociedade nacional com a questão do negro no país. O segundo tema preeminentemente nos estudos da pesquisadora abarca as relações de gênero e feminismo, sendo praticamente impossível dissociar esses dois eixos - um do outro, por assim dizer - de toda a sua produção científica, uma vez que seu interesse pelo feminismo nasce antes mesmo de escolher qual seria seu destino no mestrado.

Podemos dizer, ousamos aprimorar o próprio termo que a autora veio a lançar, entendendo que Mariza faz mais que *histórias compartilhadas* (CORRÊA, 1995 apud PAULA, 2005), sendo possível enxergar na sua insistência às temáticas feministas na construção do conhecimento antropológico como o desenvolvimento de *histórias de gênero compartilhadas*. Aqui recorremos à palavra gênero, pois, atrelada a sua militância como mulher, e como mulher antropóloga, Corrêa entende que os estudos da teoria Queer - que começam a ebullir nos anos 80 - são indispensáveis para o entendimento das demandas que as ativistas feministas e acadêmicas da época tentavam explanar juntamente com a militância “homossexual”, questionando com afinco a polarização entre masculino/feminino.

Em entrevista, ao ser questionada sobre como o gênero entra em sua carreira, Mariza responde categoricamente: “Não entra como gênero, entra primeiro como um interesse feminista; eu sou uma feminista de carteirinha” (2003). Assim, a seguir será feito um breve recorte de suas principais produções que trazem a antropologia at home como foco, ou, como sugerimos, suas principais análises que tratam de *histórias de gênero compartilhadas*.

No artigo *Os Espartilhos de Minha Avó: Linhagens Femininas na Antropologia*, publicado na revista *Horizontes Antropológicos* (1997), a autora reflete sobre como a compreensão das dinâmicas que distinguem e aproximam seus pares - antropólogas e antropólogos - pode ajudar a entender relações deste tipo em outras “tribos”.

Já *Do Feminismo aos Estudos de Gênero no Brasil*, publicado na *Cadernos Pagu* (2001), remonta a uma teoria vivida da própria autora, no início de sua carreira, contribuindo para a contextualização de sua produção no mapeamento da área, numa espécie de meta-construção do que aqui citamos, ou seja, a antropóloga que fala sobre a história de sua área, resgatando sua própria trajetória antropológica imbricada no desenvolvimento da discussão sobre a posição das antropólogas mulheres no país.

Em *A Natureza Imaginária do Gênero na História da Antropologia*, publicado em 95 também na *Cadernos Pagu*, Corrêa discute sobre a ambiguidade que as categorias feminino/masculino abarcam quando as personagens mulheres não se encontram na cena “natural” de seu sexo. Ou seja, no caso das mulheres que ocupam o espaço público - intrinsecamente associado ao “lugar natural dos homens”, sexo e gênero se separam e uma espécie de androgenia, formadora, por assim dizer, de uma “natureza imaginária”, toma o lugar antes preenchido com a noção de “feminino”. Portanto, a polarização das noções de feminino/masculino adentra nas dimensões simbólicas que estruturam e delimitam os territórios de poder.

Ainda é válido citar que a antropóloga foi presidente da ABA na gestão 1996-1998. Em 2003 publicou o livro *Antropólogas e Antropologia* no qual discute detalhadamente as linhagens femininas na antropologia, tendo por foco as trajetórias de Emília Snetlhage, Leolinda Daltro e Heloísa Alberto Torres.

Em dezembro de 2016, a professora da Unicamp faleceu, deixando um inestimável legado para o pensamento antropológico brasileiro.

4. CONCLUSÕES

Se atualmente compreendemos ser hábito cursar teoria-e-história antropológica nas graduações brasileiras, Mariza Corrêa tem seu nome cravado como uma das precursoras dessa metodologia de apreensão e sistematização do conhecimento antropológico, assim como na vocação auto-reflexiva da antropologia no Brasil. (PAULA, 2005). Por fim, a relevância do presente trabalho constrói-se justamente por sua inserção nesta mesma linha de pensamento, cujo intuito é pensar sobre a produção de conhecimento antropológico e seus desdobramentos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, C. et al. Entrevista com Mariza Corrêa. *Cadernos de Campo*, Campinas, n. 11, pp. 103-122
- CORRÊA, M. *_Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal*. *Cadernos Pagu* (16), Campinas, 2001, pp.13-30.
- _____. O espartilho de minha avó: linhagens femininas na Antropologia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 3, n. 7, p. 70-96, nov. 1997
- _____. A natureza imaginária do gênero na história da Antropologia. *Cadernos Pagu* (5), Campinas, 1995, pp. 109-130.



PAULA, L. C. **A Vocação Auto-Reflexiva da Antropologia no Brasil: Um retrato de sua historiografia a partir da década de oitenta, 2005.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP.

PEIRANO, M. **A teoria vivida - Reflexões sobre a orientação em Antropologia.** **ILHA**, Florianópolis, v.6, n.1 e n.2, julho de 2004, p. 209-218

_____. **A antropologia como ciência social no Brasil.** **Etnográfica**, V. IV (2), 2000, pp. 219-232

RUBIM, C. de R. **Um Pedaço de Nossa História: Historiografia da Antropologia Brasileira.** **BIB**, Rio de Janeiro, n. 44, 2.º semestre de 1997, pp. 31-72